CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1367/88

INTERESSADA: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE DARHETOS

ASSUNTO : Consulta a respeito de Federação de Escolas

RELATOR : CONS°. BENEDITO OLEGÁRIO RESENDE NOGUEIRA -DE SÁ

PARECER CEE N° 1149/88

APROVADO EM 30/11/88

ConselhoPleno

I- HISTÓRICO:

Pelo Ofício n° 59/88, é felth ao Conselho consulta a respeito da agregação- das Faculdades da Fundação Educacional de Barretos sob a forma de uma Federação de Ensino, nos terços do art. 82 da Lei n° 5.540/68.

Consulta no mesmo sentido já fora formulada, em 17.12.85, pela interessada, dando origem ao Processo CEE n° 1395/03, no qual foi exarado o Parecer CEE n° 1303/86 - CLN.

Naquela oportunidade esclareceu a Fundação Educacional de Barretos ser uma entidade autônoma, de fins educacionais, criada pela Lei Municipal n° 1032, de 25 de agosto de 1964, e considerada de utilidade pública pelo Município (Decreto 1055/64), Estado (Decreto 3846/83) e União (Decreto 86.871/82) e mantenedora das seguintes Faculdades e cursos:

1- Faculdade de Ciências (reconhecida pelo Decreto n° 75092 de 19 de dezembro de 1974)

Cursos:

a) Licenciatura em Ciências, com habilitações plenas em Matemática, Física e Química (reconhecida pela Portaria Ministerial n° 455/80);

b) Engenharia de Alimentos (reconhecida pela Portaria Ministerial n° 455/80)

2- Faculdade de Engenharia (reconhecida pelo Decreto n° 68994/71)

Cursos:

a) Engenharia Civil

b) Engenharia Elétrica: Eletrônica e Eletrotécnica;

3- Faculdade de Odontologia (autorizada pelo Decreto- n° 89.709 de 25 de maio de 1984).

A consulta versava-sobre "aspectos jurídicos da constituição de federações de escolas mantidas por Fundações".

A resposta dada no Parecer CEE n° 1303/86, oriundo da Comissão da Legislação e Normas, foi no sentido de que a interpretação do art. 8° da Lei n° 5540/68 cabia ao Conselho Federal de

Educação e de que a Escola colheria subsídios para seu entendimento sobre o assunto nos Pareceres CFE na 477/69 e CEE nºs. 1830/73, e 1831/73.

Na atual consulta, a interessada revela que um dos objetivos da instituição, da Federação é evitar a duplicação de meios para um mesmo fim.

Existindo mais de um Departamento de Matemática, de Física, de Química, de Biologia e de Educação para atender às diversas Faculdades isoladas, a criação de um Instituto de Educação e Ciências de Barretos -IECIB, aglutinando os departamentos referidos equacionaria o problema.

O IECIB, além de ser responsável pelas disciplinas básicas de todas as unidades federadas, manteria, também, os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Ciências, Matemática, Física e Química.

Automaticamente, seria extinta a Faculdade de Ciências e o Curso de Engenharia de Alimentos se transformaria em uma unidade independente - Faculdade de Engenharia de Alimentos de Barretos.

O encaminhamento que a interessada pretenda dar ao processo é o seguinte:

1- tomar providências para a extinção da Faculdade de Ciências de Barretos e a criação da Faculdade de Engenharia de Alimentos de Barretos e do Instituto de Educação e Ciências de Barretos, alterações estas condicionadas à viabilização da Federação de Escolas da Fundação Educacional de Barretos;

2- elaboração dos Regimentos das novas Unidades o encaminhamento dos mesmos a este Conselho para aprovação;

3- cumpridas às etapas anteriores, o encaminhamento ao CEE do pedido de autorização para constituição da Federação das Escolas, Institutos e Faculdades mantidos pela Fundação Educacional de Barretos.

Por fim, a interessada consulta o Conselho sobre a viabilidade desse processo e sobre a possibilidade de convalidação dos respectivos pareceres, decretos e portarias de reconhecimento dos respectivos Cursos.

2- APRECIÇÃO:

A viabilidade do processo encontra embasamento no art. 82 da Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1900, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

Reza o artigo:

"ART. 8º - Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível incorporar-se a Universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo, neste último caso, federações de escolas, regidas -por uma administração superior e com Regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento.

A competência deste Conselho, no que se refere à Federação de Escolas, encontra-se estabelecida no art.2º, inciso XVI-e art. 4º da Lei nº 10.403,de 06 de julho de 1971, que reorganiza o Conselho Estadual de Educação.

" ART. 2º-.....

Compete ao Conselho aprovar a reunião dos Estabelecimentos isolados de ensino superior referidos no inciso XI -deste artigo (estaduais e municipais, ou mantidos por fundações ou associações instituídas pelo poder público estadual, ou municipal,em Federações de Escolas, ou sua incorporação a Universidades".

" ART. 4º - Aplicam-se às Federações de Escolas as normas a que estão sujeitos os estabelecimentos isolados de ensino superior referidos no inciso XI do artigo 2º desta Lei".

Embora competente para a instituição de Federação de Escolas, este Conselho não firmou normas específicas orientadoras sobre a matéria.

Manifestou-se ele, pela primeira e única vez sobre o assunto, no Processo nº 127/68, referente à instalação da Universidade de Taubaté, no qual foram lavrados os Pareceres nº 1830/73 e 1831/73 e dos quais a interessada foi cientificada,conforme Parecer CEE nº 1303/86, exarado quando de sua primeira consulta.

O Conselho Federal de Educação, por sua vez, já teve oportunidade de discutir o problema da Federação de Escolas,ao aprovar o Parecer nº 477/69, do qual a interessada também foi cientificada.

Os Pareceres citados permitem responder à interessada que, quanto ao encaminhamento prévio dos regimentos das novas unidades, "a existência da Lei criando a Federação e a aprovação do Regimento Unificado pelo CEE são as duas etapas que procede a aprovação, também pelo CEE, do Regimento de cada Unidade do Ensino Superior Congregada na Federação" .

E ainda que, conservando as unidades federadas sua individualidade e natureza jurídica de estabelecimentos isolados, permacem válidos os pareceres, decretos e portarias de reconhecimento dos respectivos cursos.

Além das considerações acima apresentadas, seria conveniente que os responsáveis pela Fundação Educacional de Barretos, atentassem para as possíveis consequências dos artigos 206, inciso IV, e 242 da Constituição da República Federativa do Brasil.

3. CONCLUSÃO

Responda-se à Fundação Educacional de Barretos nos termos deste Parecer.

São Paulo, 21 de setembro de 1988.

a) Cons^o Benedito Olegário R.N. de Sá.
Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale" em 30 de novembro de 1988

a) Cons^o Jorge Nagle
Presidente